



APRESENTAÇÃO A responsabilidade social empresarial só ganha concretude por meio de uma atuação em constante diálogo com as demandas da sociedade. É uma das formas para se contribuir para um sociedade mais justa e sustentável. Essa crença, por um lado, envolve agendas complexas e variadas, como a garantia de direitos, a preservação ambiental e tantas outras que precisam de parcerias com organizações e movimentos que têm sido responsáveis por seu desenvolvimento. Por outro lado, para que a responsabilidade social empresarial se efetive é fundamental que seja valorizada pela sociedade e que, portanto, seja objeto da sua atenção, reconhecimento e acompanhamento.

Desde o início, em 1998, trabalhamos na direção de uma cultura colaborativa em torno do interesse público. Esse caminho por si só já agrega valor à sociedade. Para além disso, fizemos também a escolha de deixar público todo o conteúdo que produzimos. E fomos firmes no propósito de reconhecer e trazer para perto as diversas organizações da sociedade civil que poderiam fortalecer as agendas que precisavam ser aprofundadas na atuação das empresas. As duas histórias que compõem este fascículo representam articulações que se realizaram fortalecendo organizações da sociedade civil e contribuindo para o avanço de tais temáticas na sociedade como um todo.

Surgiram também nesse tempo diversas organizações de apoio às empresas na implementação das tantas agendas, compondo e fortalecendo um mesmo movimento. A nossa forma de trabalhar é sempre em diálogo e em parceria. Promovendo ações coletivas e atuação conjunta. O nosso conceito de responsabilidade social empresarial, envolvendo outros atores sociais e públicos indutores, só se concretiza nesse formato de atuação. Precisamos estar todos fortes ao mesmo tempo enquanto sociedade civil para que também se concretize a nossa democracia.

disso que precisamos!" É essa a resposta ouvida toda vez que apresentamos a ideia da Casa da Sociedade Civil – Rede Advocacy Coletivo. Foi um processo de troca com organizações parceiras, costurando a consistência que o projeto precisava. A Casa é uma ideia que resulta das demandas apresentadas por organizações da sociedade civil que fazem um trabalho de acompanhamento de políticas públicas. Sentimos a necessidade de fortalecer nossos trabalhos de incidência política, em termos de recursos, efetividade e eficiência.cas para assunto tão complexo.

A Casa é um espaço que pretendemos construir para refletir sobre essas questões, dentro da diversidade do *advocacy* no país, e para ser um exemplo de jeito de ser e fazer que nos permita horizontalidade e representatividade. Como organizações da sociedade civil, podemos repensar a nossa capacidade representativa, dialogar, chegar às bases da sociedade. E o primeiro passo, sempre, é a reflexão.

## UNA OUTTRA DEMOCRACIA É POSSÍVEL

Trata-se de abrigar uma visão de futuro colaborativa, onde diferentes atores possam construir e aprender, se fortalecer e fortalecer suas causas, que são as causas da sociedade. É no simbolismo de uma casa em que queremos abrigar a construção de novos caminhos para a incidência política da sociedade civil no país.

Em primeiro lugar, o que é advocacy, essa incidência afinal? Mas também, o que é fazer isso com competência, com posicionamentos fundamentados? O que há para aprender? O que há para compartilhar? Quais são as grandes questões que podemos enfrentar para potencializar a coesão e articulação do nosso campo, o campo daqueles que, como nós, acreditam num país mais justo? Como podemos nos basear em dados e estratégias para melhores acordos e para a produção de políticas públicas melhores?

Pensar em uma casa é pensar também para fora dela. O que vai para o quintal e depois se espalha? Pensar, repensar e nos questionar sobre a comunicação, sem nos poupar das boas perguntas. Como promover uma comunicação que vai além da informação? Que engaje e mobilize setores não mobilizados, não convencidos, ocupados de outras coisas?

A construção de uma Casa da Sociedade Civil em Brasília é um sonho que será perseguido e realizado, para representarmos na capital os anseios da sociedade civil não refletidos no Congresso Nacional. Para além, uma casa assim pode ser também replicada em outros tantos espaços, articulando construção colaborativa e incidência nas pautas da sociedade, em outras esferas. Se o útero materno é nosso primeiro lar, estamos grávidos de uma casa que ousa pensar o Brasil.



#### EMERGÊNCIA DO TEMA

2018. Observamos retrocessos em políticas públicas, direitos e práticas em campos como mudanças climáticas, direitos humanos e combate às desigualdades. A sociedade tem dificuldades em se fazer representada no Congresso Nacional, para pautar o Legislativo, e as organizações da sociedade civil de uma maneira geral ainda são pouco reconhecidas como atores de advocacy, que contribuem com a defesa de direitos e vozes junto ao Estado, e não apenas como organizações de assistência ou filantropia. Se sobrepõe a isso uma maior dificuldade de acesso a recursos. Vem à tona uma demanda recorrente: a necessidade de • unir esforços para que organizações afins possam cumprir com eficiência o papel de advocacy nesses mesmos campos. A solução? Uma ≽ única estrutura que reúna atores da sociedade civil engajados em uma agenda comum, e agregue as práticas de excelência em advocacy e mais o compartilhamento de gestão. Uma casa da sociedade civil, que abrigue lutas, estratégias e atores sob o mesmo "teto", além de otimizar recursos e reduzir custos. A casa ofereceria ainda formações em advocacy, a fim de complementar a capacidade de organizações de portes e áreas temáticas diversas. Por fim, utilizaria de inovações tecnológicas e de inteligência artificial para que essa, agregada à inteligência coletiva, fosse mobilizada para otimizar esforços e avançar causas.

#### MOBILIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO TEMA

Avina, Ethos e dezenas de organizações componentes da "Agenda Brasil Sustentável", que surgiu para influir sobre os programas de governo dos candidatos em 2014, intensificaram as conversas sobre uma possível ação coletiva das oscs. Essas organizações foram mobilizando outras para pensar como criar essa base única na capital federal, que receba a todos, mas também bases locais que atendam aos objetivos às necessidades comuns e aos objetivos de unir esforços no mesmo sentido.

#### AÇÃO COLETIVA E Estabelecimento de Compromissos públicos

Algumas dessas organizações - cerca de uma dezena delas, representativas de diversas temáticas nas áreas ambientais, de garantia de direitos e de transparência - se juntaram para desenvolver um projeto que concretize a Casa. Esse projeto está pronto para receber apoio e propiciar um espaço público de fortalecimento das oscs coletivo, aberto, diverso, plural com reconhecimento e legitimidade e que represente os anseios da sociedade civil não refletidos no Congresso.

#### RECONHECIMENTO E MONITORAMENTO

O monitoramento que se fará certamente estará em torno das pautas das oscs junto aos Legislativos (acompanhamento de conselhos, projetos de lei, negociações, avanços e impedimento de retrocessos) e também dos compromissos que as oscs participantes construirão para compor esse lugar que será físico, virtual, mas sobretudo conceitual. As temáticas estão relacionadas aos objetivos da Agenda 2030 e serão também monitoradas por essa perspectiva.

### INCIDÊNCIA EM POLÍTICA PÚBLICAS

A Casa da Sociedade Civil em si é um projeto para que as oscs possam incidir de forma colaborativa sobre políticas públicas de distintos assuntos e esferas, com mais efetividade, excelência e eficiência. m clarão se fez na escuridão. O barulho do disparo arde os ouvidos, mas o tic-tac dos ponteiros do relógio rodando até a ambulância chegar são ainda mais ensurdecedores. A cena pode parecer dramática, mas é mesmo nas tragédias do cotidiano das cidades que a corrupção mais dói. A ausência de um serviço público num momento tão vital talvez seja a melhor forma de dar materialidade à crueldade que significa o desvio de recursos públicos.

É preciso jogar cada vez mais luz sobre o tema da corrupção e qualificar o debate e alertar sobre sua relação direta com a precarização dos serviços de saúde, educação, moradia e outros direitos básicos. É preciso trazer a questão para nossa conduta cotidiana. É preciso trazer diferentes visões e práticas para assunto tão complexo.

A capilaridade e a diversidade foram grandes méritos da ABRACCI enquanto rede: agregou do jornalista investigativo que trabalha no interior de Minas Gerais a grandes ongs internacionais, redes de acompanhamento da gestão municipal e instituições de pesquisa. Muita coisa aconteceu: as organizações foram convidadas à mobilização em diferentes ações. A emblemática Lei da Ficha Limpa (Lei no. 135/2010), de iniciativa popular, marcou a primeira grande campanha da ABRACCI, dando o que falar até hoje.

Foi a ABRACCI que propôs a realização da Iª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial) em 2012. A Lei de Acesso à Informação (Lei nº. 12527/2011), que obriga o Governo a ter maior transparência na prestação de informações públicas aos cidadãos foi uma conquista fundamental para a sociedade brasileira e contou com mobilização da ABRACCI.

## ARTICULAÇÃO BRASILEEIRA CONTRA A CORRUPÇÃO E A IMPUNIDADE — ABRACCI

Foi a partir de uma provocação da Transparência Internacional para a construção de um capítulo no Brasil. Propusemos, então, que esse capítulo não fosse uma organização, mas um conjunto de organizações. Essas organizações vieram, se aproximaram. Esse esforço, essa reunião de organizações, chamou-se Articulação Brasileira Contra a Corrupção e a Impunidade (ABRACCI), com mais de 90 organizações e a missão de contribuir para a construção de uma cultura de não corrupção e impunidade no Brasil, por meio do estímulo e da coordenação de ações por mais transparência e responsabilização dos poderes públicos.

A ABRACCI é uma rede criada em 2009 por um grupo de organizações que se reuniu de forma consistente e regular, promovendo desde seminários com referências mundiais, a encontros com organizações de atuação local e de municípios pequenos.

Em 2013, foi sancionada a Lei Anticorrupção (Lei no. 12846/2013), que passou a punir as pessoas jurídicas por atos de corrupção. Outras iniciativas, como o Projeto Jogos Limpos, incidiram no controle social dos investimentos feitos na Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016.

Ainda que enquanto articulação a ABRACCI tenha tido uma trajetória curta, muitos avanços foram possíveis e as organizações que participaram desse movimento seguiram caminho firme no propósito inicial. O cidadão do município pequeno que precisou da ambulância lá no início da história descobriu que ela não veio porque teve acesso à informação a partir dessa iniciativa. E pôde, então, ficar de olhos mais abertos e usar os caminhos certos para cuidar do problema.



# GONO ESSA HISTÓRIA FOI TALHADA

#### EMERCÊNCIA DO TEMA

Em 2008, uma série de organizações da sociedade civil, pessoas físicas e órgãos de governo discutiam meios de combater a corrupção e a impunidade em diferentes fóruns e esferas. Um dos pontos centrais era o entendimento de que tratava-se um problema sistêmico que carecia de uma ação entre diversos atores e uma série de medidas pra ser enfrentado. Para fortalecer e criar posicionamentos menos pulverizados, a ABRACCI - Articulação Brasileira de Combate a Corrupção e a Impunidade foi criada em janeiro de 2009 durante as atividades do Fórum Social Mundial com o apoio da Transparência Internacional e impulsionada pela proposta de criação de um capítulo capilar da rede no Brasil.

#### MOBILIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO Do tema

Em dezembro de 2008, a Oficina de Planejamento das entidades criadoras da ABRACCI definiu sua estrutura básica e seus eixos de atuação, aproveitando expertises das organizações articuladas: Judiciário, Setor privado, Mídia, Financiamento de processos políticos, Acesso a recursos públicos, Legislativo, Imaginário social e cidadania.

#### RECONHECIMENTO E MONITORAMENTO

Como a ABRACCI é uma articulação de controle social e pressão, o monitoramento foi realizado pelos eixos de atuação, mas também com ajuda acadêmica. A pesquisa "Sistema Nacional de Integridade do Brasil — 2000 / 2015" apresentou uma visão geral sobre as principais lacunas na legislação anticorrupção, bem como as melhorias e atrasos que ocorreram no marco regulatório nos últimos 15 anos.

## AÇÃO COLETIVA E ESTABELECIMENTO DE COMPROMISSOS PÚBLICOS

Em janeiro de 2009, no Fórum Social Mundial, foi lançado o manifesto de construção da ABRACCI. Houve uma adesão importante, com mobilização em torno do dia mundial contra a corrupção. Atualmente, essa mobilização acontece por outros movimentos, como a Coalizão "Unidos contra a Corrupção", formada em 2018.

#### INCIDÊNCIA EM POLÍTICA PÚBLICAS

A ação mais emblemática da ABRACCI foi em torno da mobilização para a Lei da Ficha Limpa, sancionada em 2010. E também aconteceu fortemente na aprovação da Lei de Acesso à Informação e no acompanhamento do projeto de lei que regulamenta o *lobby*. A ABRACCI teve papel fundamental ao propor à CGU a convocação da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (Consocial), que foi inicialmente apresentada à sociedade em um compromisso público do ministro Jorge Hage no 1º Seminário Internacional de Transparência e Combate à Corrupção promovido pela ABRACCI em Brasília em dezembro de 2009.



#### **INSTITUTO ETHOS**

CONSELHO DELIBERATIVO
Andrea Alvares, Cida Bento,
Franklin Feder, Jorge Abrahão,
Marcelo Behar, Oded Grajew,
Olinta Cardoso, Oscar Vilhena,
Paulo Nigro, Ricardo Young,
Sérgio Ephim Mindlin

ASSOCIADOS CURADORES
Daniel Feffer, Eduardo
Capobianco, Franklin Feder,
Guilherme Leal, Helio Mattar,
Jorge Abrahão, Oded Grajew,
Olinta Cardoso, Ricardo Young,
Roberto Silva Waack,
Sérgio Ephim Mindlin

#### EQUIPE ETHOS

Alexsandra Maria da Cruz,
Ana Lúcia de Melo Custódio,
Bianca Cesário da Silva,
Caio Luiz Carneiro Magri,
Cibele Ferreira Campos,
Clóvis da Silva, Débora Rosa
dos Santos, Denize Rodrigues
Mariano, Edson Lopes da Silva
Júnior, Emerson Fernandes
Nunes, Érica Ramos da Cunha,
Fabio Gonçalves Meneguini,
Fabio Mamoru Ogawa,
Felipe Saboya, Flávia Anguiano
Resende, Glaucia Oliveira,
Gustavo de Medeiros Ferraz,

Henrique Corregedor Ferraz, Ivanaira Nascimento dos Santos, Ivonete Epfanio da Silva, Izabella Andrade Silva, Juliana Duran Almeira Prado Juliana Soares de Brito Santos, Leonardo Augusto Dufloth, Luis Renato Nascimento, Luiza Yorioka Rodrigues, Mariana Peixoto, Marina Esteves Vergueiro de Almeida, Marina Martins Ferro, Marina Rodrigues da Cunha Estima, Milene Veiga de Almeida, Paula Oda, Paulo Adriano Guedes de Oliveira. Regiane Bueno Teixeira, Rejane Romano Silveira, Scarlett Rodrigues da Cunha, Sheila Santana de Carvalho, Solange Parro, Tiago Krupinsk Oliveira Cruz, Valéria Romão

PARCEIROS INSTITUCIONAIS Alcoa, Carrefour, Coca-Cola Brasil, Natura, Shell, Walmart Brasil

PARCEIROS ESTRATÉGICOS Accenture, Gad, Ibracem, Patri Políticas Públicas

APOIO
ABRAINC, Santo Caos

#### **REALIZAÇÃO**

(re)contar - gerar outras realidades RECONTAR.NET

**EQUIPE** 

Ana Letícia Silva, Betina Sarue, Danilo de Paulo, Luciana Aguiar, Mariana Resegue, Ricardo Moura

APOIO TÉCNICO

Letícia Yabá, Ronaldo Cahin e Paulo Motoryn

ILUSTRAÇÕES

Xiloceasa

Agradecemos o Instituto Acaia pela acolhida e parceria. Artistas: Beatriz Lira, Danilo Juliano, Fernando Melo, Flavio Capi, Gabriel Balbino, Igor Santos Romualdo e Mateus Costa

ANIMAÇÕES Trim Estúdio

#### ENTREVISTAS

Um agradecimento especial a cada um dos entrevistados que compartilhou histórias e conhecimento de forma tão carinhosa e atenta para compor o material comemorativo dos 20 anos do Ethos. Obrigada por caminharem junto conosco!

Adriana Ramos, Caio Magri, Claudia Jeunon, Franklin Feder, Giuliana Ortega Bruno, Gláucia Barros, Jorge Abrahão, Judith Morrison, Leonardo Sakamoto, Luís Ulla, Marcelo Behar, Mércia Silva, Nicole Verillo, Oded Grajew, Paulo Itacarambi, Raí Oliveira e Ricardo Young

